

Identidade Nacional e a escola católica na República Velha, segundo os intelectuais católicos: *nela se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente.*

[National Identity and the Catholic school in the Old Republic, according to Catholic intellectuals: *it's character education, forms the heart, prepares citizens, strengthens the faithful.*]

Emanuela Sousa Ribeiro *

Resumo: Este artigo dedica-se a analisar o ensino religioso no Brasil da República (1889 – 1930) a partir do projeto católico de identidade nacional. Analisa-se o ensino religioso como um dos principais espaços de atuação das elites políticas e intelectuais da nação, na busca pela conformação de uma identidade brasileira baseada na moral e na fé católica. Destaca-se, portanto, o papel dos intelectuais e das escolas católicas no processo de difusão de uma identidade católica para o Brasil, tanto através da educação escolar quanto através dos livros didáticos. Essas análises são produzidas tomando-se como fonte de estudo dois recortes distintos: no âmbito local estuda-se a atuação dos intelectuais católicos em torno das escolas católicas da cidade do Recife – PE, e, em âmbito nacional, será analisada a obra de divulgação intitulada *Por que me ufano do meu país*, publicada pelo Conde de Affonso Celso em 1901. Desse modo, o artigo aborda o ensino religioso católico como a totalidade do processo educacional – formal e não formal – proposto pelos católicos para a nação.

Palavras-chave: ensino religioso; identidade nacional; livro didático; escola católica

Abstract: This article is dedicated to examine religious education in Brazil of the Republic (1889 - 1930) from the Catholic project of national identity. Analyzes the religious education as a major performance spaces of political and intellectual elite of the nation, seeking the formation of a Brazilian identity based on moral and Catholic faith. It is noteworthy, therefore, the role of intellectuals and Catholic schools in the diffusion process of a Catholic identity for Brazil, both through education and through the school textbooks. These analyzes are produced using as source clippings study two distinct locally studies the role of Catholic intellectuals Catholic schools around the city of Recife - PE, and national analyzes the work of disclosure entitled "Porque me ufano do meu país", published by Conde de Affonso Celso in 1901. Thus, the article discusses Catholic religious education as the entire educational process - formal and informal - proposed by Catholics for the nation.

Key-words: Religious Education, National Identity; Textbook; Catholic School

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, atualmente é professora do Departamento de Antropologia e Museologia, estando também vinculada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública, na mesma Universidade. E-mail: emanuela.ribeiro@ufpe.br

1. Introdução

Ao tratar da temática do ensino religioso nos dias atuais, é possível remeter diretamente à definição presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9475/97), que conceitua o ensino religioso como *disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*. Assim, tende-se a pensar em ensino religioso como disciplina ministrada nas escolas, ou, no máximo, associa-se o ensino religioso ao ensino confessional, provido pelos colégios mantidos pelas diversas confissões religiosas.

Este artigo, porém, propõe-se analisar outra concepção de ensino religioso, vigente no Brasil do final do século XIX e início do XX, especialmente durante a República Velha (1889 – 1930). Nessa concepção, o ensino religioso católico era pensado como a totalidade do processo educacional – formal e não formal – posto que envolvia todo um projeto de identidade social, baseado na moral e no dogma católicos.

Desse modo, não se pretende deter nos conteúdos ministrados na disciplina ensino religioso e, sim, analisar este amplo projeto de ensino religioso para a toda a sociedade brasileira, difundido a partir de uma literatura de amplo apelo e ancorado em uma rede de equipamentos escolares de inequívoca qualidade acadêmica, que atendessem às aspirações de modernização da sociedade daquele período.

Discutir educação religiosa no Brasil durante a República Velha implica, necessariamente, discutir a reorganização das bases jurídico-políticas da nação, como também implica em discutir a reorganização da projeção identitária brasileira.

A educação formal, escolar, foi, durante o período em questão, um dos principais espaços de atuação das elites políticas e intelectuais da nação, na busca pela conformação de uma identidade que eles pretendiam recriar e transmitir às futuras gerações. Desse modo, os intelectuais e as escolas católicas tiveram relevante papel no processo de difusão de uma identidade católica para o Brasil, tanto através da educação escolar quanto através dos livros didáticos.

Assim, este artigo analisa os dois temas em um mesmo recorte cronológico, porém em análises com diferentes alcances geográficos.

As escolas católicas serão analisadas em um recorte mais micro, voltado para a cidade do Recife – PE, sem, entretanto, perder de vista o fato de que se trata de um

movimento que pode ser identificado em todo o Brasil com características muito semelhantes.

Já os livros didáticos serão abordados através da análise da obra *Por que me ufano do meu país*, publicada pela primeira vez em 1901 pelo Conde de Affonso Celso¹. Esta abordagem pretende dar conta da influência da proposta católica para a identidade nacional que pôde ser difundida para o público escolar de todo o Brasil, constituindo-se numa importante ação de ensino religioso, embora não o fosse assim declarada.

2. Identidade nacional, intelectuais católicos e educação católica

O que era o Brasil até aquele momento? E o que seria o Brasil do novo regime? A resposta a essas questões variava tanto quanto variava a diversidade de grupos político-intelectuais que combatiam pela hegemonia sociopolítica naquele contexto de busca de uma identidade nacional. Esses problemas eram interpretados, e respondidos, pelo reduzido corpo de intelectuais brasileiros, os quais:

independente de sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em pensar o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. (...) Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição².

Os intelectuais católicos, organizados em associações próprias ou participando de associações intelectuais laicas, participaram ativamente deste *pensar o Brasil*, propondo uma identidade nacional ancorada em elementos da tradição e do providencialismo, ao mesmo tempo que trabalharam para se aproximar desses elementos do cientificismo reinante na época. Esses intelectuais foram capazes de oferecer à sociedade brasileira um conjunto de equipamentos de ensino (escolas, livros didáticos e associações intelectuais) que garantia a inserção do país no rol dos países do progresso, ao mesmo tempo que mantinha as tradições luso-católicas.

A necessidade de dar educação ao povo brasileiro – reconhecida por todos os grupos sociopolíticos da época - reafirmava o discurso moral e o papel de guia que a Igreja Católica se propunha assumir nessa área. Assim como os intelectuais católicos

¹ A edição que está sendo objeto de análise é a 11ª edição: CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.

² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 187.

afirmavam não haver progresso sem moral, não haver ciência sem revelação, também afirmavam não haver educação sem fé.

Segundo eles, a *educação moderna*, distanciada da fé, levava as famílias para a perda da moral e dos bons costumes³, enquanto a educação acompanhada da religião *não é fecunda somente para a cultura simplesmente mental. Na escola parochial* [leia-se: na escola católica] *se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente. O homem moral é a mais ardente aspiração da escola paroquial*⁴.

Segundo os intelectuais católicos, a verdadeira educação seria aquela amparada nos preceitos morais da religião, conforme explicava, no Congresso Arquidiocesano de 1901, o professor da Faculdade de Direito do Recife, Manoel Netto Barreto Campello, que fez um longo discurso apologético da *educação secundária cristã*. Em sua fala, Manoel Barreto Campello defendia não só a educação feita em bases católicas; mais ainda: dizia que a *ciência da educação* precisava do auxílio da religião:

A ciência da educação por isso mesmo que tem evoluído extraordinariamente, não pode contentar-se com a simples didática e com a simples metódica: ela precisa do subsídio de muitas ciências, entre as quais a religião, tão mal compreendida e pouco estudada em nosso meio social. É incontestável o poder que as idéias religiosas influem sobre a índole e a educação dos povos e por toda a parte se levanta uma forte propaganda em prol do ensino religioso que foi oficialmente banido de nossas escolas públicas, porque o ensino religioso é também um estímulo⁵.

De acordo com os intelectuais católicos, todos os problemas da população podiam ser corrigidos através da verdadeira educação, amparada na ação moralizadora da fé católica, que, para além do apoio espiritual, se utilizaria do mesmo instrumento utilizado pelos intelectuais não católicos: a educação como instrumento do progresso.

Assim, a educação tinha um lugar fundamental no projeto católico de identidade nacional, tanto para difundi-lo quanto para resolver os problemas da nação – duas finalidades que, segundo os católicos, eram uma coisa só. Imbricam-se, o argumento cívico e o argumento religioso.

³ QUE IRÁ FAZER A POBRE MÃE D'AQUI POR DIANTE?! *O Dia*: Órgão da Matriz da Piedade, Recife, 30 jan. 1921. p. 6. Neste artigo de cunho claramente moralista, o jornal narra a experiência de moça de 16 anos, envolvida pela *moda da modernidade* que tentou se matar porque a mãe queria que a mesma mantivesse a *moral e os bons costumes*. Ao final do texto o narrador deixa uma pergunta/exclamação: *Que irá fazer a pobre mãe d'aqui por diante? Ah! ...é a educação moderna.*

⁴ O PROFESSOR PAROCHIAL. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 19 ago. 1911. p. 1.

⁵ CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. *Instrução Secundária Christã*. Recife: Emp. d'A Provincia,

Esse imbricamento discursivo também pôde ser percebido na prática, através da subvenção oficial a empreendimentos educacionais levados a efeito por associações religiosas católicas em Pernambuco.

Em 1900, ocorreu um longo debate na Assembléia Legislativa de Pernambuco acerca da concessão de subvenção ao Colégio Diocesano, dirigido pela diocese de Olinda e Recife. Na ocasião, diversos deputados propuseram a concessão de uma subvenção de 4:000\$000 (quatro contos de reis) ao referido Colégio. O debate acerca da concessão da subvenção não tocou na questão das relações entre Igreja e Estado, girando em torno da situação do tesouro estadual e dos serviços prestados pelo Colégio, conforme argumento do deputado que propôs a emenda:

O Colégio Diocesano, senhores, é por certo aquele que maiores serviços tem prestado ao nosso Estado, depois do Ginásio Pernambucano; é um colégio onde frequentemente há 100 ou cento e tantos alunos, não só filhos deste Estado, como dos Estados vizinhos; ali ensina-se não só aqueles que querem seguir a carreira eclesiástica, como também dá-se educação aos que querem seguir outras carreiras⁶.

Alguns deputados, contrários à concessão, chegaram a fazer profissão pública de fé, afirmando que não apoiavam a concessão apesar de professarem o catolicismo: *Não tenho absolutamente o ânimo prevenido contra o Colégio Diocesano: sou católico, apostólico e romano. Entretanto acho que a subvenção é enorme*⁷.

Segundo os onze deputados que assinaram a emenda, mesmo com a crise econômica do Estado, era importante conceder a subvenção porque, *Considerando o Colégio Diocesano como instituição educadora do filho do povo, entendo que nós devemos nos pugnar por ela, devemos nos interessar pela educação, como já disse, dos filhos do povo*⁸.

1902, p. 29 – 30.

⁶ 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinária do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mês. 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 157.

⁷ 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinária do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mês. 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p.157

⁸ 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinária do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mês. 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 161

O Colégio Salesiano também recebeu subvenções do governo do Estado⁹, apesar de ter alunos pagantes¹⁰. Nos dois casos, venceu o discurso da utilidade pública da educação oferecida pelos católicos. As escolas católicas, mesmo aquelas que não eram subvencionadas pelo Estado, articularam, ao seu redor, um conjunto de práticas e discursos que enfatizaram o seu papel de agências civilizadoras e modernizadoras da nação.

Um dos principais vetores do estabelecimento dessas práticas e discursos foram os colégios fundados por ordens e congregações religiosas provenientes da Europa, identificados com a modernização que interessava a católicos e não católicos, conforme explica a historiadora da educação Ana Lage:

A educação, neste momento, dialogava com o discurso político, atendia às suas necessidades, quais sejam: desenvolver determinadas aptidões para apreender o discurso da ordem e alcançar o progresso. A escola celebrava a política republicana através da divulgação de seu ideário, corporificando os seus símbolos e valores¹¹.

As ordens restauradas e as congregações recém-chegadas ao país trabalhavam prioritariamente com os elementos que interessavam a todos os intelectuais, católicos e leigos: a educação de ricos e pobres¹².

As escolas destinadas a atender aos pobres faziam questão de demonstrar o seu compromisso com a educação popular e o desenvolvimento nacional¹³. Já as escolas

⁹ Ver: 49ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE JUNHO DE 1902. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1902. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902. p. 87; 18ª SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE MARÇO DE 1906. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo em 1906. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1906. p. 26.

¹⁰ Os alunos internos pagavam 50\$000 (cinquenta mil réis) adiantados a título de jóia de contribuição e mais 180\$000 (cento e oitenta mil réis) por trimestre. Os alunos externos pagavam apenas 45\$000 (quarenta e cinco mil réis) por trimestre. (FERREIRA, Julio Pires. *Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranympho dos bacharelados em Sciencias e Letras*. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910, p. 15).

¹¹ LAGE, Ana Cristina Pereira. “Escolas confessionais femininas na segunda metade do século XIX e início do XX: um estudo acerca do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (MG)”, p. 08. In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_004.html, acessado em: 01.09.2012.

¹²Cf. AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870 – 1920). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *A mulher pobre na história da igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984, pp. 95 – 123; e, DREHER, Martin N. (org.). *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST Edições/Cehila, 2002, item *Igreja e Educação*. Para análise sobre a atuação das congregações femininas, ver: ROSADO NUNES, M. José F. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). *Os religiosos no Brasil*. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 192.

¹³ Cf.: ISAÚ, Pe. Manoel. Educação salesiana no Brasil sudeste de 1880 a 1922: dimensões e atuação em diversos contextos. In: Site *Navegando na História da Educação Brasileira* – HISTEDBR, Universidade

católicas destinadas às elites faziam questão de apontar sua afinidade com a ciência, a razão:

O Colégio Salesiano Sagrado Coração edificado em sítio ameno e espaçoso, **em boas condições higiênicas**, tem por fim proporcionar aos alunos, juntamente com a educação civil e religiosa, a **cultura necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior** e para a obtenção ao grau de bacharel em ciências e letras¹⁴.

No dia a dia, os colégios católicos se encarregavam de enfatizar este argumento, dotando suas escolas de técnicas e aparatos científicos: gabinetes de mineralogia e de física¹⁵, laboratórios de química¹⁶, ginástica sueca¹⁷ e banhos diários (sem camisa de banho)¹⁸.

Tratava-se, sempre, de mostrar para a sociedade que o catolicismo era capaz de atender a todas as necessidades dos tempos modernos, em especial aquelas necessidades referentes aos melhoramentos trazidos pela ciência e pela educação.

Essa era também a intenção do episcopado nacional que, ao longo do período estudado, não cessou de fazer gestões para restaurar as ordens religiosas e trazer novas congregações ao país¹⁹, especialmente com a finalidade educacional.

Desde o primeiro Congresso Católico em Pernambuco, ocorrido em 1902, os conferencistas leigos clamavam por um grande colégio católico na cidade, fazendo referência aos colégios jesuítas de Itu, Friburgo e São Leopoldo²⁰; a mesma solicitação ocorreu no segundo Congresso Católico, de 1914; e tanto D. Luiz de Britto quanto D. Sebastião Leme convidaram os jesuítas várias vezes para realizarem a sua fundação o quanto antes²¹.

Estadual de Campinas (Disponível on-line em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_061.html, pesquisado em:
 04/07/2007, 9:46h).

¹⁴ FERREIRA, Julio Pires. *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Livro de Registro da Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega*, 1943.

¹⁷ ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, maio 1919.

¹⁸ CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. Educadoras alemães no trópico: as beneditinas da Academia Santa Gertrudes. Disponível on-line em:
<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate>, pesquisado em 09/07/2007. p.6.

¹⁹ FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). *Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1891(3) – 1991(3)*. Coleção Cadernos da Restauração, vol. 1, p. 45 – 50.

²⁰ CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. *Op. Cit.*, p. 32.

²¹ AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). *A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936*. Recife: FASA, 1986, p. 107 e 110.

No meio intelectual, foram relevantes principalmente as Ordens religiosas (mais do que as Congregações), cujos superiores não só gozavam de grande prestígio no âmbito interno do clero secular, como também nas associações de leigos católicos. No Círculo Católico²², por exemplo, já eram sócios remidos em 1932: o abade do Mosteiro de São Bento de Olinda, o diretor do Colégio Nóbrega de Recife (jesuíta), o diretor do Colégio Salesiano do Recife, o diretor do Colégio Marista do Recife, o Prefeito do Convento da Penha do Recife, o Provincial do Convento do Carmo do Recife, o Guardião do Convento de São Francisco do Recife, o Reitor do Seminário Arquiepiscopal de Olinda e o Superior dos Padres da Missão²³.

É importante perceber que não se trata de indivíduos que eram então membros do Círculo. Tratava-se de uma espécie de cadeira cativa, destinada a qualquer indivíduo que estivesse ocupando o cargo de diretor de alguma instituição de ensino ou que dirigisse instituições potencialmente educacionais.

Destacava-se também a importância das festas e solenidades cívicas, através das quais era possível exteriorizar a função social das escolas católicas e o serviço que elas prestavam à nação.

O Centenário da Independência, em 1922, foi solenemente comemorado pela Igreja católica em todo o país²⁴. Os colégios católicos foram dispensados das aulas para assistirem à missa campal e incorporarem-se ao *cortejo cívico*²⁵, além de realizarem suas próprias comemorações internas²⁶.

Além dos grandes eventos públicos, havia os pequenos eventos cívicos, a que compareciam os colégios religiosos, por exemplo: parada militar em comemoração ao 7 de setembro de 1917; juramento da bandeira dos novos recrutas no quartel-general, em 13 de maio de 1919, festa promovida pelos alunos da Escola de Marinheiros em comemoração da batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1919²⁷.

²² Associação composta pela sociedade civil, congregava leigos católicos. Foi fundada no Recife – PE em 1907 e existe até os dias atuais.

²³ POLYANTHÉA Comemorativa das bodas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932], p. 12.

²⁴ DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 112 – 116.

²⁵ ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 7 set. 1922.

²⁶ ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 8 set. 1922.

²⁷ ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 7 set. 1917, 13 mai. 1919, 11 jun. 1919.

As festas cívicas foram, portanto, vetores de socialização da proposta identitária católica protagonizada pelas escolas, em uma ação de divulgação explícita, que envolvia toda a sociedade brasileira, em qualquer cidade que tivesse uma ou mais escolas católicas. Esse mecanismo de difusão do ideário da ordem interessou a católicos e não católicos, sendo socialmente aceito sem maiores questionamentos, pois pobres e ricos precisavam educar seus filhos e viam com bons olhos sua matrícula nos “bons colégios” católicos.

3. O povo e o estado brasileiro reinterpretados no livro de vulgarização “Porque me ufano do meu país”.

Um vetor totalmente diferente de atuação da educação católica, até agora pouco explorado pela historiografia, é o dos materiais didáticos utilizados pelas escolas católicas, tanto os livros didáticos quanto as obras de leitura complementar. No escopo deste artigo, será analisado apenas um livro didático, por seu significado paradigmático – que foi utilizado tanto em escolas católicas quanto não católicas – o livro de vulgarização científica intitulado “Porque me ufano do meu país”, publicado em 1901, pelo Conde de Affonso Celso.

É importante ressaltar que, até onde se pôde pesquisar, esse livro tem sido analisado ao lado de outros manuais escolares, sem, contudo, atentar-se para o fato de que se trata de um livro de origem católica: o Conde de Affonso Celso²⁸ foi um intelectual católico dos mais conhecidos, apesar de pouco estudado pela historiografia brasileira recente. Sistemáticamente sua obra tem sido lida apenas como uma obra ingênua e romântica, como afirma Bastos, historiadora da educação:

O nacionalismo de Affonso Celso passa uma visão ingênua, romântica, apaixonada, extravagante e irreal da situação brasileira, representativa de uma **fantasia de Brasil** das elites, na busca de uma

²⁸ Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, o Conde de Affonso Celso, entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892, ocupando ali os cargos de orador desde 1906 até 1912, quando foi eleito presidente. Três anos depois, em 1915 foi declarado presidente perpétuo da instituição, cargo que ocupou até sua morte em 1938. Neste posto, Affonso Celso organizou Congressos de História do Brasil e de História da América, tendo sido sócio correspondente de inúmeras associações congêneres. Foi também membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Embora sua obra mais conhecida seja o *Porque me ufano do meu país*, a bibliografia de Affonso Celso contabiliza 7 livros de poesia, 38 obras em prosa (entre romances, traduções, biografias, livros de história) e centenas de crônicas e artigos publicados em jornais e revistas (IHGB. *Homenagem à memória do Conde de Affonso Celso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.). Em Pernambuco Affonso Celso foi membro honorário do Círculo Católico de Pernambuco e sócio honorário do IAHGP desde 26/09/1906.

identidade nacional espelhada na diferença das qualidades em um universo cultural formado pela importação de cânones estrangeiros²⁹

Mesmo análises historiográficas consagradas, pouca atenção atribuíram a um dos autores mais lidos pelas crianças e jovens da república velha³⁰.

Em um dos raros trabalhos que analisa em profundidade a obra de Affonso Celso, a historiadora Lúcia Guimarães afirma que o autor fora influenciado por uma escola historiográfica católica francesa, que tinha em Bossuet³¹ sua inspiração e difundia uma visão providencialista da história:

Inspirado certamente em Bossuet, Affonso Celso em sua retórica mostrava-se adepto de uma história racionalmente inteligível. Articulava a razão e a fé, para identificar com maior clareza os traços contínuos da vontade divina. Na sua percepção, a história se desenrola de maneira linear, seguindo uma lei de desenvolvimento geral. Todos os acontecimentos, pessoas e situações tomavam lugar relativamente a esse fluxo, do qual recebem, em definitivo, sua significação³².

Destacamos ainda as análises de Lúcia Lippi que percebeu a relevância de Affonso Celso e do discurso ufanista, formulado *por um grupo de intelectuais – do qual também participou Eduardo Prado – que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira*³³.

Além da longevidade do discurso ufanista³⁴, Lúcia Lippi analisa o discurso católico que defendia a identidade brasileira formulada através do catolicismo, afirmando que

A crença no princípio de que a *pátria brasileira* sem a fé católica é um absurdo histórico permitiu a junção entre a corrente nacionalista de Álvaro Bomilcar e o catolicismo oficial. A figura mais importante desta união foi, sem dúvida alguma, Jackson de Figueiredo³⁵.

²⁹ BASTOS, Maria Helena Câmara. “Amada pátria idolatrada: um estudo da obra ‘Porque me ufano do meu país’, de Affonso Celso (1900)”. In: Revista Educar, Curitiba, n. 20, p. 245 – 260. 2002. Editora UFPR, p. 14.

³⁰ Cf.: LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*. A história em questão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981

³¹ Bossuet (1627 – 1704) - tutor da monarquia francesa, e um dos mais importantes teóricos do direito divino absolutista.

³² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “História e Providência”. In: Anais do VIII Encontro Regional de

História: História e Religião, promovido pela ANPUH-RJ, em Vassouras-RJ, 1998. Disponível on-line em: www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc, pesquisado em 03/07/2007, às 11:42h.

³³ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Op. Cit.*, p. 131.

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Id. Ibid.*, p. 166.

Para os fins deste artigo, importa sublinhar que o Conde de Affonso Celso foi o autor de um livro didático de enorme sucesso editorial, traduzida em francês, alemão, inglês e italiano e republicada no Brasil diversas vezes:

A editora Laemmert publicou a primeira edição em 1901, a qual esgotou-se em alguns meses, fazendo nova edição no mesmo ano. Foi editada em tamanho in-16, com 204 páginas. A partir dessa edição passou a ser publicado pela Livraria Garnier (Rio de Janeiro/Paris), com o mesmo número de páginas, mas, in-18 (quinta edição, 1912; sétima edição, 1915; décima edição, 1926; décima primeira edição, 1937; décima segunda edição, pela F. Briguet, 1943). Na décima edição, de 1926, a obra foi revista e atualizada, e compôs a “Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira”. Essa edição, em tamanho in-12, tem uma tiragem de 10.000 exemplares numerados, o que permite verificar o grande sucesso da obra vinte e cinco anos depois³⁶.

Pode-se afirmar que Affonso Celso foi lido por, pelo menos, três gerações de brasileiros em idade escolar e, certamente, era o maior representante dos intelectuais católicos no Brasil, tanto no que tange às publicações para o grande público, quanto no que diz respeito às obras especializadas de história, publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi presidente, como acima dito, entre 1912 e 1938.

Assim, analisar sua obra de *vulgarização científica* é analisar também um dos vetores da educação religiosa que teve maior sucesso no Brasil, justamente porque se apresentou como um livro didático patriótico e não como livro católico, que efetivamente também foi. Affonso Celso se dedicou à difusão de temas e opiniões fundamentais na criação de uma nova identidade brasileira, que associava o patriotismo ao catolicismo e ao providencialismo.

Conforme análise de Renato Ortiz acerca das disputas de poder relativas às identidades nacionais, os discursos em torno desta temática precisam construir duas interpretações: 1) uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e 2) a construção do Estado brasileiro³⁷; temas amplamente tratados em “Por que me ufano do meu país”.

Durante o período que estamos estudando, a reinterpretação do popular implicava, necessariamente, uma discussão sobre quem era o povo brasileiro, com a noção de povo se identificando à problemática étnica. Ao mesmo tempo, a

³⁶ BASTOS, Maria Helena Câmara. *Op. Cit.*, p. 8.

³⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 9.

caracterização racial – e conseqüentemente cultural, conforme se pensava à época – estava imbricada com o meio natural, com as fronteiras delimitadas pela geografia nacional³⁸.

Assim, para identificar e analisar o lugar da educação formal na proposta identitária católica, tem-se que, primeiramente, entender como o intelectual católico reinterpretou o popular no Brasil e também como esse grupo projetou o Estado brasileiro.

Os diversos grupos de intelectuais que debatiam a identidade e o futuro do Brasil dividiam-se entre a esperança e o pessimismo³⁹.

No esquema interpretativo habitual dos intelectuais do início do século XX, o pessimismo vinculava-se aos argumentos do atraso atávico causado pela inferioridade das raças que formaram a nação. Por sua vez, a esperança residia na superação desse problema, através do branqueamento da população e da imigração europeia. Poucos segmentos intelectuais se localizavam fora desse esquema interpretativo sobre o povo brasileiro, baseado no evolucionismo das mais diversas matrizes.

No caso do grupo intelectual católico, estes, por princípio, não podiam concordar com o argumento da inferioridade racial, visto que essas teorias, nas suas diversas acepções, provinham do ideário positivista ou evolucionista⁴⁰.

Dado que, para os católicos, as formas ordenadas por Deus não mudavam, os homens não poderiam evoluir, nem involuir, fisicamente, afinal, Deus não teria criado homens imperfeitos, fadados ao desaparecimento. Mais ainda, os intelectuais católicos não poderiam compreender a colonização portuguesa católica como uma colonização inferior; nem os dois reinos católicos – os ibéricos – poderiam ser considerados inferiores ante o reino da Inglaterra – protestante – e da França – católica vacilante.

Dessa maneira, o discurso cientificista da inferioridade racial não teve eco imediato entre os intelectuais católicos, que faziam a defesa da capacidade humana de se sobrepôr à qualquer condicionante pré-existente, tanto da natureza fisiológica humana quanto dos recursos naturais.

³⁸ ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, p. 17.

³⁹ MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 57.

⁴⁰ Cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Na sua interpretação acerca do popular, os católicos reputavam o povo brasileiro como intrinsecamente bom, honesto e trabalhador: *O povo é a grande massa anônima que moureja, que trabalha, sem galardão remunerador às vezes, para ganhar o magro pão da pobreza miserável*⁴¹.

Como principal articulador desse argumento apresentava-se Affonso Celso que, ao tratar do povo brasileiro, não só repelia as teorias da degeneração racial como também louvava as qualidades morais dos brasileiros. Vejam-se os seus argumentos, em um longo trecho que vale a pena ser examinado:

Quanto ao seu caráter, ainda os piores detratores não lhe podem negar:
 1º Sentimento de independência, levado até à indisciplina.
 2º Hospitalidade (...)
 3º Afeição à ordem, à paz, ao melhoramento.
 4º Paciência e resignação.
 5º Doçura, longanimidade, desinteresse.
 6º Escrupulo no cumprimento das obrigações contraídas. (...)
 7º Espírito extremo de caridade. (...)
 8º Acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro.
 9º Tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição, decaindo mesmo em promiscuidade. (...)
 10º Honradez no desempenho de funções públicas ou particulares⁴².

O autor lança mão de um discurso que identifica o brasileiro como um homem bom, mas, de certa maneira, ingênuo, que precisa ser orientado, guiado, esclarecido. De acordo com Celso, o povo brasileiro era intrinsecamente bom e operoso; ordeiro e trabalhador, embora, às vezes, descambasse em algumas faltas, quase todas decorrentes do seu excesso de bondade.

Para os intelectuais católicos, o povo brasileiro não era inferior, era *mal educado* e *viciado* e esses problemas não eram atávicos nem orgânicos, eram a herança da escravidão, conforme afirmou Affonso Celso: *Já desapareceu a principal causa de algumas tendências más no nosso meio: a escravidão*⁴³.

Para os católicos, mesmo os problemas decorrentes da escravidão não eram insolúveis; dizia Affonso Celso que *A educação as corrigirá*⁴⁴.

Ao tratar da miscigenação, tão atacada pelos intelectuais evolucionistas, Celso afirma que o conjunto de qualidades morais legado por Portugal ao Brasil deu origem a

⁴¹ O POVO E A RELIGIÃO. Tribuna Religiosa: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 20 mai. 1911. p. 1.

⁴² Celso, Affonso. *Porque me ufano do meu país.*, p. 77.

⁴³ Celso, Affonso. *Porque me ufano do meu país*, p. 78.

⁴⁴ *Idem*.

um povo bom. A *reinterpretação do popular pelos grupos sociais*⁴⁵ católicos foi uma das primeiras interpretações da identidade brasileira que valorizou índios, negros e mestiços.

Em 1900, Affonso Celso dedicava diversos capítulos do livro *Porque me ufano do meu país* à análise da: *excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional*⁴⁶, descrevendo os bons atributos de índios, negros e mestiços:

É hoje verdade geralmente aceita que, para a formação do povo brasileiro, concorreram três elementos: o selvagem americano, o negro africano e o português. Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais da metade da nossa população. Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal à humanidade ou a deprecia⁴⁷.

Mais do que não terem feito mal à humanidade, os três elementos não lusitanos que construíram o país tinham, segundo Affonso Celso, *nobres e raros predicados*⁴⁸.

Na narrativa do autor os índios ganharam foros de coragem e nobreza, revoltando-se apenas *quando se lhes procurou tirar a independência, submetendo-os à servidão*⁴⁹. Teriam sido sempre leais aos portugueses, que reconheceram *oficialmente a superioridade dos indígenas brasileiros (alvará de 4 de Abril de 1755) determinando que os vassallos do reino na América que se casassem com índias, não ficariam por isso com infâmia alguma, antes se fariam dignos da atenção régia*⁵⁰.

Os negros, de acordo com Affonso Celso, são dignos *de imensa gratidão*⁵¹, pois *desde os primeiros tempos do descobrimento, sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estoica, coragem, laboriosidade*⁵².

⁴⁵ ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, p. 9.

⁴⁶ CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país.*, p. 56.

⁴⁷ CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 56-57.

⁴⁸ *Id. Ibid.*, p. 57.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Idem*, p. 59 - 60

⁵¹ CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*, p. 65.

⁵² *Idem.*

O autor afirma ainda que os negros possuíam instinto de independência, utilizando como exemplo de sua afirmação a formação do quilombo dos Palmares⁵³, que descreve como

uma comunhão de homens livres, regularmente organizada, com perto de 100.000 habitantes, – maior população que a das antigas repúblicas gregas, – **fortes, enérgicos, dedicados a trabalhos agrícolas**. Era constituída por negros fugidos do cativeiro e homens de cor foragidos da justiça⁵⁴. (grifo nosso)

Era, enfim, a *Troia Negra, a República dos Palmares*⁵⁵ – conforme denominação de Affonso Celso em 1914, no discurso de abertura do Primeiro Congresso de História (IHGB).

O autor retoma depois o argumento da brandura da colonização portuguesa, dessa vez comparando-a com os Estados Unidos, para afirmar que o negro/escravo brasileiro sacrificou-se pela nação: *Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de ouros países, especialmente os dos Estados Unidos*⁵⁶.

Por fim, ao falar do mestiço, Affonso Celso afirma que eles

contribuíram e contribuem eficazmente para a formação da riqueza pública. Só eles exercem certas tarefas. Não se prestam a trabalhos sedentários, mas são exímios na exploração da indústria pastoril, importante num país como o Brasil, onde abundam os campos⁵⁷.

Atacando diretamente as teorias da inferioridade racial, Affonso Celso afirma que *o mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma física ou intelectual. É suscetível de quaisquer progressos*⁵⁸.

E reforçando a crítica no capítulo seguinte do livro, ao tratar dos *nobres predicados do caráter nacional*⁵⁹, o autor afirma as qualidades físicas do povo brasileiro, afirmando textualmente que: *O brasileiro fisicamente não é um degenerado. Notam-se muitos de estatura elevada, vigor e agilidade pouco vulgares*⁶⁰.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 126.

⁵⁵ REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. *Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)*, p. 11.

⁵⁶ CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 5.

⁵⁷ *Id. Ibid.*, p. 74.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 76

⁶⁰ *Id. Ibid.*, p. 77.

Inferimos que a proposta identitária católica, já no final do século XIX e primeiros anos do XX, chocava-se com as teorias da inferioridade racial que, segundo Joanilho, só seriam combatidas no período entre 1910 a 1920, quando entraram em declínio as noções do determinismo biológico que prognosticavam a inferioridade racial dos brasileiros⁶¹.

Segundo Affonso Celso, com um povo bom, agraciado por tantas benesses, o progresso viria para o Brasil independente da vontade dos brasileiros: *Quando não o quiséssemos, seríamos forçados a isso pela ordem natural das cousas, a lei infalível do desenvolvimento das forças e das necessidades. Viveremos, cresceremos, prosperaremos*⁶². (grifo nosso)

Afinal, se Deus dera ao Brasil tantas riquezas, para que haveria de ser, senão para garantir o progresso do país?!? Este é o argumento do parágrafo final do livro, que afirma a obrigatoriedade do progresso graças ao plano divino:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos⁶³.

Enfim, Affonso Celso afirma que haverá Progresso, porque Deus assim o quer.

O livro de Affonso Celso reproduz este argumento até mesmo através das suas ilustrações. Apesar da edição simples, como convém a um livro de vulgarização, com grandes tiragens, para crianças, o livro de Affonso Celso é ilustrado com desenhos, em preto e branco, que reproduzem as linhas decorativas e os modelos ornamentais da cerâmica marajoara, ou, diretamente ilustram algumas das *riquezas brasileiras*: a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem, o Amazonas e o povo brasileiro – todas as *dádivas* da Providência ao país.

A história brasileira evidenciava, na acepção dos intelectuais católicos, a ordem que deveria se projetar no futuro, pois essa era a tradição brasileira, conforme afirmava Affonso Celso:

⁶¹ JOANILHO, André Luiz. *O nascimento de uma nação: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920*, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004, p. 7, 81 – 96.

⁶² CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 168.

Primeiro país autônomo da América Latina, segundo do Novo Mundo⁶⁴, sempre manifestou espírito de independência, desfrutou liberdades desconhecidas em outras nações, mostrou-se apto para todas as melhorias, produziu representantes distintos em qualquer ramo da atividade social, resolveu com calma e sensatez, à luz do direito, a maior parte das suas questões⁶⁵.

Desse modo, na aceção dos intelectuais católicos, a ordem que devia se instaurar na sociedade republicana seria consequência da ordem – católica – que sempre houvera no Brasil. A história, continuamente, servia ao mesmo tempo como evidência e como guia para o futuro.

No seu projeto identitário para o Brasil, os intelectuais católicos propuseram um Estado forte – capaz de se ocupar da educação do povo – e sublinharam a importância do catolicismo na implementação deste Estado. Para tanto, alegaram a natural inclinação dos católicos à obediência religiosa, rapidamente convertida em obediência cívica.

A obra do Conde de Affonso Celso é um dos principais exemplos deste processo de vulgarização do ideário católico para o grande público. Utilizando-se do argumento cívico como vetor da difusão do ideário católico, “Porque me ufano do meu país” foi capaz de consolidar, em ambientes os mais diversos possíveis, os argumentos do providencialismo nacional católico.

4. Conclusões

O ensino religioso católico, durante a República Velha, precisa ser analisado a partir da perspectiva totalizante de difusão do projeto identitário católico para o Brasil. Não é possível compreender a atuação dos educadores católicos se não levar em consideração que eles faziam parte de uma ampla rede de práticas e estratégias que entendiam educação a partir da moral, dos dogmas e da tradição católica.

Desse modo, é importante analisar o ensino religioso não apenas a partir das escolas católicas e do conteúdo explicitamente religioso. Mais importante é analisar as práticas de socialização de valores – como as festas cívicas, por exemplo – e as estratégias de difusão da educação católica imbricadas no discurso patriótico e

⁶³ *Id. Ibidem.*, p. 169.

⁶⁴ Significativo o desconhecimento da independência do Haiti, que ocorreu entre 1791 e 1804, antes da independência do Brasil.

⁶⁵ CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 162.

progressista – vinculado a um conceito de progresso capaz de aproximar o catolicismo dos elementos mais “inofensivos” da modernidade.

Somente a partir dessa perspectiva, pode-se entender de que maneira as escolas confessionais católicas foram capazes de oferecer um ensino afinado com as mais modernas técnicas da época e, ao mesmo tempo, inspiraram confiança em uma sociedade que buscava, eminentemente, ordenar e disciplinar a sociedade.

Referências

AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). *A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936*. Recife: FASA, 1986.

AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870 – 1920). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **A mulher pobre na história da igreja latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1984.

BASTOS, Maria Helena Câmara. “Amada pátria idolatrada: um estudo da obra ‘Porque me ufano do meu país’, de Affonso Celso (1900)”. In: Revista Educar, Curitiba, n. 20, p. 245 – 260. 2002. Editora UFPR.

CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. *Instrução Secundaria Christã*. Recife: Emp. d’A Provincia, 1902, p. 29 – 30.

CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. Educadoras alemães no trópico: as beneditinas da Academia Santa Gertrudes. Disponível on-line em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate>, pesquisado em 09/07/2007.

CELSONO, Affonso. **Porque me ufano do meu país**. 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.

DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DREHER, Martin N. (org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST Edições/Cehila, 2002

FERREIRA, Julio Pires. *Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranympho dos bacharelados em Sciencias e Letras*. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910.

FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). *Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1891(3) – 1991(3)*. Coleção Cadernos da Restauração, vol. 1.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “História e Providência”. In: Anais do VIII Encontro Regional de História: História e Religião, promovido pela ANPUH-RJ, em Vassouras-RJ, 1998. Disponível on-line em: www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc, pesquisado em 03/07/2007, às 11:42h.

IHGB. *Homenagem à memória do Conde de Affonso Celso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

ISAÚ, Pe. Manoel. Educação salesiana no Brasil sudeste de 1880 a 1922: dimensões e atuação em diversos contextos. In: Site **Navegando na História da Educação Brasileira** – HISTEDBR, Universidade Estadual de Campinas (Disponível on-line em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_061.html, pesquisado em: 04/07/2007, 9:46h.

JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

LAGE, Ana Cristina Pereira. “Escolas confessionais femininas na segunda metade do século XIX e início do XX: um estudo acerca do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (MG)”, p. 08. In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_004.html, acessado em: 01.09.2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*. A história em questão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. *Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)*.

ROSADO NUNES, M. José F. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Fontes primárias

18ª SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE MARÇO DE 1906. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo em 1906. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1906.

49ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE JUNHO DE 1902. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1902. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902.

60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 157.

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 7 set. 1917, 13 mai. 1919, 11 jun. 1919.

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 7 set. 1922.

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 8 set. 1922.

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, maio 1919.

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Livro de Registro da Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega*, 1943.

O POVO E A RELIGIÃO. *Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda*, Recife, 20 mai. 1911. p. 1.

O PROFESSOR PAROCHIAL. *Tribuna Religiosa: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda*, Recife, 19 ago. 1911. p. 1.

POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

QUE IRÁ FAZER A POBRE MÃE D’AQUI POR DIANTE?! *O Dia: Orgão da Matriz da Piedade*, Recife, 30 jan. 1921. p. 6.

Artigo recebido em Agosto de 2012

Artigo aceito para publicação em outubro de 2012